

A dogmática e o discurso jurídico entre a ciência e a realidade: implicações necessárias ao ensino do direito¹

Ana Isabel Mendes², Marcio Renan Hamel³

Resumo

Este trabalho aborda a discussão em torno do modo de apresentação do direito diante da população e visa a demonstrar a existência da excessiva formalidade em sua aplicação. A pesquisa se utiliza dos métodos dedutivo e dialético, apresentando posições inovadoras na prestação jurisdicional. Por meio da mediação entre a dogmática positivista e a compreensão da população, objetiva identificar elementos de aproximação entre as partes. Em seu desenvolvimento, relata que existe uma industrialização do ensino jurídico e que o fato de haver lucro com esse fenômeno gerou imobilidade por parte dos doutrinadores e acentuação de ausência de crítica nos métodos utilizados em sala de aula. Aborda, igualmente, que, em decorrência dessa imobilidade, as decisões judiciais se estagnaram em seu modo de aplicação, baseando-se em teses mecânicas e na própria jurisprudência, que não passa de um endosso ao que já é história. Aduz, ainda, que o excesso de formalidade, ao invés de padronizar a instrumentalidade nos atos processuais, acentua de modo incisivo a diferença entre o entendimento de quem aplica e de quem sofre a aplicação do direito. Busca, por fim, a presente pesquisa alternativas para atenuação da problemática camuflada pela dogmática, visando, por meio de políticas de mediação, a aproximar da população o operador do direito, que é também um agente social.

Palavras-chave: Discurso Jurídico – Dogmática – Ensino Jurídico – Formalidade.

Abstract

This work focuses the discussion on the manner of the Law presentation for population and aims to demonstrate the existence of excessive formality in its application. This research uses deductive and dialectical methods, featuring innovative positions in adjudications through mediation between, dogmatic positivist and population understanding, also aims to identify elements of approach between the parties. In its development, reports that there is an industrialization of legal education and the fact that there is profit through this phenomenon, it generated by stillness of scholars and accentuated the absence of criticism

¹ Artigo recebido em 21 de janeiro de 2012 e aceito em 30 de julho de 2012.

² Graduanda em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Estagiária junto à Primeira Vara Federal e JEF Cível Adjunto da Justiça Federal de Passo Fundo/RS.

³ Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Direito, Cidadania e Desenvolvimento pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Professor de Introdução à Teoria do Direito, Hermenêutica e Argumentação Jurídica na UPF.

in the methods used in classroom. It also discusses that in consequence of this immobility, judicial decisions stagnated in its model of application, based on theses and mechanical jurisprudence itself, which is merely an endorsement to theses that are already and mechanical jurisprudence itself, which is merely an endorsement of that already is in the history. Adducts even the excess of form, instead of standardize the instrumentality in the procedural acts, and so stresses the difference between the incisive understanding of who applies it and who suffers the application of the law. Finally, this research searches alternatives to mitigate the problems hidden by the dogmatic, aiming through political mediation, to approximate the population of the operator, who is also a social worker.

Key-words: Legal Discourse - Dogmatic - Legal Education - Formality.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema “a dogmática e o discurso jurídico entre a ciência e a realidade: implicações necessárias ao ensino do direito”. Para abordá-lo, parte-se da análise do positivismo jurídico e da forma como este se apresenta para a sociedade, com vistas a verificar a existência de uma excessiva formalidade em tal apresentação, a qual resulta na ausência de compreensão pelas pessoas do que seja efetivamente o direito. Dessa forma, instalou-se o objetivo central da pesquisa: analisar a dissonância entre o discurso dos operadores do direito e o entendimento pela população leiga.

Percebe-se a importância do tema do presente trabalho na medida em que, atualmente, a população leiga apenas tem acesso ao direito por meio da mídia, ou quando é chamada a fazer parte de algum processo. Além disso, o tema se justifica pelo intuito de adoção de um sistema de mediação que busque instaurar uma maior interação entre os juristas e o povo, que é alvo da aplicação do direito.

Para o alcance dos objetivos propostos, são utilizados os métodos de abordagem dedutivo e dialético, estruturando-se o presente trabalho em duas seções. Na primeira, examinam-se a influência positivista no direito e a dogmática jurídica, realizando-se, ainda, uma análise sobre o positivismo como abordagem avaliativa do direito, o discurso jurídico como modo de atenuação da desigualdade e a dogmática jurídica como instrumento de concentração de poder.

Na segunda seção, menciona-se o ensino nas universidades como fator indispensável à aplicação do direito. Nesse sentido, relata-se sobre o monopólio do entendimento do direito como instrumento de força, a ausência de uma visão crítica no ensino e a

industrialização do direito, bem como sobre a racionalidade das decisões baseadas em um aprendizado mecânico.

Por fim, evidencia-se a necessária sensibilidade do jurista na aplicação do direito, discutindo-se sobre o excesso de formalidade como modo de distanciamento da realidade social. Nesse enfoque, enfatizam-se a aproximação entre o operador do direito e a população, pelo exercício da jurisdição, e os meios alternativos de intermediação das relações jurídicas e sociais.

I A INFLUÊNCIA POSITIVISTA NA APLICAÇÃO DO DIREITO

A ciência jurídica, oriunda da corrente positivista, parte do pressuposto da necessidade de um regulamento interno entre todos os indivíduos da sociedade, no qual os direitos e deveres da população são limitados a disposições legais previamente instituídas. A fim de legitimar e institucionalizar essas garantias e punições, o Estado instituiu o pacto federativo, denominado “Constituição Federal”, o qual estabeleceu um regime democrático, uma organização, garantias e deveres primordiais e foi elevado à condição de superioridade em relação às demais legislações internas.

Da mesma forma, o pacto federativo considerou como primordiais os direitos e garantias fundamentais, elencando-os em seu art. 5º, a seguir transcrito: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, Constituição Federal, 1998). O referido dispositivo, um dos mais importantes de todo o ordenamento jurídico brasileiro, demonstra que a igualdade é primordial no que se refere à legislação, eis que, conforme a própria disposição aduz, a igualdade é “perante a lei”.

A Lei de Introdução do Código Civil (LICC), por sua vez, confirma, embora de forma diversa, a mesma importância dada à igualdade, em seu art. 3º, onde menciona que: “Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece” (BRASIL, Decreto-Lei nº 4.657, 1942). A norma surge com a promulgação, e o suposto conhecimento da lei decorre de sua publicação (LICC, art. 1º). Assim, presume-se que, neste momento, todos os

indivíduos, sem distinção, estão cientes da existência do dispositivo, estando, portanto, obrigados à sua disposição.

Todavia, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009, o Brasil ainda possui 14,1 milhões de analfabetos. O dado comprova, pois, que a educação no país ainda está aquém do ideal. Tal levantamento demonstra que, não obstante a existência do pressuposto constitucional, ainda há muita desigualdade no Brasil e que a lei, embora “supostamente feita” para ser inteligível a todos, tem seu entendimento impedido, em razão de seu rigor não adaptado à realidade social do país, a qual impede a própria tentativa de compreensão do direito.

Além disso, mesmo que todos os brasileiros venham a entender o significado das palavras empregadas na legislação, o direito continuará num lugar distante, em virtude da dogmática que mantém o monopólio do seu entendimento nas mãos dos juristas. A legislação, literalmente, codifica a linguagem, a fim de que apenas os bacharéis em direito compreendam o seu significado, sob um pressuposto de que “sem a tecnicidade da linguagem o direito perderia o *status* de ciência” (DINIZ, 1989, p. 153, grifo nosso).

Contudo, a elaboração das leis e sua rigidez linguística possuem cunho legislativo, de modo que não cabe ao Poder Judiciário intervir a fim de que exista uma modificação na linguagem científica, por questões que ultrapassam o cunho social. Em razão disso, passa o jurista a ser um tradutor da lei, um mediador da dogmática que lhe é imposta através do discurso, para que, utilizando palavras coloquiais em lugar de expressões rebuscadas, seja entendido pela população leiga, no momento em que esta busca informações em cartórios, secretarias, escritórios, gabinetes e demais locais de prestação de serviço jurídico.

Segundo Ferraz:

(...) o discurso jurídico, como reflexão sincera sobre o justo, não pode ser indiferente às situações de antevinda nem às causas estruturais dessa situação [...] trata-se de celebrar, também em termos jurídicos, o apoio total ao ser humano que sofre e, portanto, de uma opção pelo sentido e plenitude da vida. É a dignidade humana agredida que dá dimensão do direito e do justo, e não uma opção intelectual. (2007, p. 77).

Deve, dessa forma, ser observada a rotina instituída no judiciário quanto às decisões judiciais, tendo em vista que o juiz, ao decidir sobre a demanda, cria, em certa medida, uma lei que deve ser seguida pelas partes, sob pena de sanção. O juiz, no entanto, não tem contato com a realidade que permeia a lide processual, baseando-se apenas em fatos

narrados que, por vezes, acabam sendo até mesmo equivocados e ficam submissos ao livre entendimento do magistrado, que possui em sua personalidade diversos fatores que o fazem julgar a lide de um modo determinado. Um exemplo do choque de realidade e do excesso de formalismo existente no direito é a decisão proferida pelo juiz Bento de Azambuja Pereira, da Justiça do Trabalho de Cascavel, Paraná, nos autos do processo de nº 01569-2011-095-09-00-1. Eis um trecho da decisão:

Tendo em vista a regra do artigo 445, inciso I, do CPC, que confere ao Juiz o poder de polícia em manter o decoro na sala de audiências, e ainda, considerando que o reclamante compareceu a esta audiência trajando bermudas, entende este Juiz do Trabalho que o traje não se coaduna com a realização de um ato formal dentro de uma sala de audiências do Poder Judiciário. O Juízo convida o reclamante a se retirar da sala de audiência. (PARANÁ, Tribunal Regional do Trabalho, 2011).

Inconformado com tal decisão, o trabalhador ingressou com ação de pedido de danos morais na Justiça Federal do Paraná, tendo sido seu pedido julgado procedente e tendo a juíza Marize Cecília Winkler proferido sentença com base na seguinte fundamentação:

Em seu depoimento pessoal (fl. 290 e CD de fl. 291), o autor afirmou que é lavrador, mas que está desempregado desde quando foi humilhado na Justiça do Trabalho, nunca mais conseguindo serviço. Esclareceu que foi procurar seus direitos na Justiça do Trabalho, mas chegando lá o juiz mandou-o embora por intermédio de seu advogado, pois estava de chinelo de dedo. Na oportunidade o advogado questionou a conduta do juiz, mas este disse-lhe que ali não era campo de futebol nem barco para vir de chinelo de dedo. Estava vestido de chinelo, calça jeans e camisa social, informando que não usa sapato, indo em todos os lugares de chinelo de dedo, ficando ruim agora, pois todo mundo o chama de "chinelão". O juiz remarcou a audiência, oportunidade na qual pegou um sapato emprestado do seu sogro, pois não tinha e não tem sapato, *nunca tendo sido barrado em lugar algum por estar de chinelo, só no Judiciário*. De sapato, o juiz deixou-o fazer audiência, oportunidade na qual o Dr. Bento tentou doar um sapato novo ao depoente, na caixa, afirmando que se ele não possuía um sapato, que lhe doaria um, porém, o depoente disse não querer, pois está acostumado a andar de chinelo e assim vai continuar. [...]. Informou que nunca passou pela sua cabeça que teria de ir ao Poder Judiciário de sapato, pois *"é a Justiça, devendo ir com o que a gente tem"*. Por fim, respondendo aos questionamentos da União, afirmou que se sentiu ofendido, pois rico e pobre tem que ser atendido da mesma forma. [...]. No tocante à culpa exclusiva da vítima, temos dois danos diversos experimentados pelo autor, que devem ser analisados por ângulos diferentes: a) o primeiro dano, gerado pela não realização da audiência trabalhista em razão de o autor comparecer ao ato trajando vestimentas que foram consideradas pelo magistrado como incompatíveis com a dignidade do Poder Judiciário. Tal ofensa fica evidenciada pelas declarações do autor, no sentido de que entende – corretamente – que ricos e pobres devem ser tratados de forma igual pelo Poder Judiciário, notadamente pela Justiça do Trabalho, órgão criado com o escopo de fazer valer os direitos dos trabalhadores, em sua maioria pessoas simples e de poucos conhecimentos acerca de seus direitos. (BRASIL. Portal da Justiça Federal, 2010, grifo nosso).

A determinação acima demonstra a dissonância entre a realidade de quem aplica a norma e de quem sofre sua aplicação, bem como ilustra, de modo concreto, a insensibilidade e o excesso que permeiam o Judiciário.

O juiz de direito Gerivaldo Neiva, ao proferir sentença nos autos do processo nº 0737/05, na Comarca de Conceição do Coité – BA, serviu de exemplo a muitos magistrados brasileiros. Eis um trecho da sentença pronunciada:

Pois é, Seu Gregório, o senhor tem razão, e a justiça vai mandar, como de fato está mandando, a Loja Insinuante lhe devolver o dinheiro com juros legais e correção monetária, pois não cumpriu com sua obrigação de bom vendedor. Também, Seu Gregório, para que o Senhor não desanime com as facilidades dos tempos modernos, continue falando com seus clientes e porque sofreu tantos dissabores com seu celular, a justiça vai mandar, como de fato está mandando, que a fábrica Siemens lhe entregue, no prazo de 10 dias, outro aparelho igualzinho ao seu. Novo e funcionando! (GOIÁS, Ministério Público, 2005).

Em entrevista publicada em seu *blog*, o juiz Gerivaldo Neiva relatou que proferiu a sentença acima em razão do grande esforço empreendido pelo carpinteiro em saber o que se passava no processo, porque estava desacompanhado de advogado (como ocorre em muitos casos dos juizados especiais). Seguem abaixo alguns trechos da entrevista:

JUIZ GERIVALDO ALVES NEIVA

Jornal Tribuna do Magistrado, ano 4, nº 15 – out./nov. 2006

Órgão oficial da Associação dos Magistrados da Bahia

Cursou Direito na UCSAL (Universidade Católica do Salvador) – 1980-84 - e ingressou na magistratura da Bahia em 1990. Atuou nas comarcas de Urandi, João Dourado, Lapão, Ibirataia e, atualmente, na comarca de Conceição do Coité.

– A sentença “ O celular do carpinteiro”, publicada no dia [sic] de julho, na seção Banco de Sentenças do site da Amab, surpreendeu pela simplicidade e objetividade. O que motivou o senhor a construir um texto com uma lógica clara e de forma simples, ao invés de usar os termos jurídicos e técnicos como se faz usualmente?

– Durante toda a audiência, o autor fez um esforço enorme para saber o que se passava e não se cansava de perguntar ao juiz o que significava cada ato processual, visto que estava desacompanhado de advogado e as empresas acionadas estavam representadas por prepostos e advogados. Com muita paciência, fui explicando ao autor o significado de cada palavra e as fases processuais de uma ação daquela natureza em Juizado de Defesa do Consumidor, ou seja, traduzindo o “*juridiquês*” para uma linguagem que pudesse ser entendida por um carpinteiro. No final, senti necessidade de proferir uma sentença com linguagem que o autor, homem simples e de pouca leitura, pudesse ler e compreender.

– Como o senhor avalia a postura das pessoas que não possuem escolaridade, diante de situações como esta? Que tipo de relação é estabelecida [sic]?

– Medo. Infelizmente, o povo ainda vê o Judiciário como retrato da morosidade, extremamente formal e burocrático. Por consequência, a relação é de *poder-dominante* e não de *poder-serviço*, ou seja, o Judiciário é visto como sinônimo de força e coerção, ao invés de local de prestação de serviço e solução de problemas.

– Na sentença do celular do carpinteiro, o senhor preferiu usar uma linguagem coloquial, que seria facilmente entendida pelo jurisdicionado. O que o senhor acha da linguagem rebuscada que é utilizada na atividade judicante?

– Muitos usam como símbolo de sapiência e poder. No meu entender, no entanto, a grande sabedoria é entender a linguagem, a lógica e os anseios do povo. Só assim será estabelecida a comunicação e compreensão da realidade das pessoas que procuram o Judiciário. Um pequeno exemplo: para o Movimento Sem Terra, a “ocupação” de terra improdutiva é um ato político de grande significado para “famílias necessitadas” e diz respeito à “luta pela sobrevivência”. De outro lado, para o Judiciário, o “esbulho” da posse permite a “reintegração” do autor na terra “esbulhada” pelos “réus”, garantindo-se a “ordem jurídico-constitucional.” Assim, sem compreensão da realidade do país, o juiz será sempre um “tecno-juiz”, ao invés de um agente público com poderes para solucionar os conflitos sociais. (NEIVA, 2007, grifo do original).

A entrevista acima confirma a existência do monopólio de entendimento do direito pelas vias da comunicação, muito embora o objeto do direito seja a sua aplicação ao jurisdicionado. Quanto a isso, muito mais relevante do que a conscientização dos operadores do direito é a dos próprios estudantes de que o discurso jurídico precisa conter os seus excessos.

Nesse sentido, Machado afirma:

(...) ao lado da formação técnica e dogmática até agora centrada apenas no ensino da legislação, segundo as atuais diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC, as escolas de direito vêm proporcionar ao bacharel uma formação humanística e enciclopédica, que possa estimular o desenvolvimento de sua consciência crítica, capaz de fazer com que o profissional do direito venha a identificar perfeitamente os valores autênticos do meio social onde atua, de modo que possa fazer um uso consequente do instrumental jurídico. (2009, p. 236).

Em verdade, o que se recomenda buscar é uma mediação, onde o direito não perca o seu *status* de cientificidade, em razão de que necessita de conhecimento técnico, pelo menos de modo processual, e o jurisdicionado consiga compreender de fato o que é direito. Se o juiz constitucionalmente decide em nome do povo, não pode usar uma linguagem inacessível ao destinatário de suas decisões, nem esconder-se atrás da cortina de termos pretensiosamente técnicos para aplicar a lei.

II ENSINO JURÍDICO E APLICAÇÃO DO DIREITO

Deve-se considerar que o discurso rebuscado não é exclusivo do legislador e dos magistrados. Os próprios promotores, advogados e servidores, não raro, utilizam-se dessa

ferramenta ao empregar, até mesmo, pronomes de tratamento que, por vezes, são desnecessários, levando a que o direito perca sua utilidade social.

Streck, sobre o tema, menciona:

É necessário ter em conta que o Direito deve ser entendido como uma prática dos homens que se expressa em um discurso que é mais que palavras, é também comportamentos, símbolos, conhecimentos, expressados (sempre) na e pela linguagem. É o que a lei manda, mas também o que os juízes interpretam, os advogados argumentam, as partes declaram, os teóricos produzem, os legisladores sancionam ou os doutrinadores criticam. É, enfim, um discurso constitutivo, uma vez que designa/atribui significados a fatos e palavras. (1999, p. 211).

Desse modo, é oportuno batalhar para que a formação dos magistrados, advogados, promotores, servidores e demais juristas seja pautada na interdisciplinaridade, a fim de que esta atue como suporte ao direito nos âmbitos filosófico, psicológico e sociológico.

Na verdade, a problemática se concentra no ensino universitário voltado somente à aplicação do direito positivo, baseado em muito discurso e pouco diálogo. Assim, por não haver qualquer meio atual de intermediação entre os aplicadores da lei e os jurisdicionados, é que se devem considerar e aceitar as alternativas que hoje se apresentam como modo de diminuição desse distanciamento.

Na busca de uma solução para o problema aqui instituído, muitas alternativas foram criadas, a fim de facilitar o entendimento do direito pela população leiga, objeto da legislação. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por exemplo, disponibilizou, em seu *site*, um ícone denominado “vocabulário jurídico”, no qual teve duas obras publicadas: *Manual de linguagem jurídica* e *Entendendo a linguagem jurídica* (RIO GRANDE DO SUL). Tais textos visam a proporcionar à população uma simplificação das palavras utilizadas pelos operadores do direito, para que compreendam, após as publicações de ordem jurisdicional, o que o magistrado quis expressar. Sobre isso, relata Silva:

Os tribunais fazem papel de hospital, para, em muitos casos, dizer o direito àqueles que não possuem consciência ora de suas obrigações, ora de suas prerrogativas; que ora desconhecem seus direitos, ora não discernem a consequência e o preço social do descumprimento de seus deveres. Longe desse ideal, em um país de iletrados, a ponte só pode ser erguida se o for em ambas as margens. (2005, p. 01).

Assim, se o próprio Tribunal de Justiça, ao lançar um tradutor da lei, reconhece que a população não compreende o texto legislativo e, algumas vezes, nem mesmo a sentença a que lhe é dirigida, não há razões para obstaculizar ainda mais a compreensão do direito.

Diversos autores, por meio de pesquisas, criaram teses com o intuito de facilitar o entendimento jurídico pela população. Machado, sobre isso, dispõe:

Daí deve resultar uma proposta de grade que consiste, basicamente, na: a) inserção de algumas disciplinas novas que normalmente não constam nas grades tradicionais; b) aumento de carga horária das disciplinas de eixo fundamental; c) diminuição de carga horária correspondente às disciplinas que compõem o grupo de direito privado; d) aumento da carga horária das disciplinas dos “novos direitos” (difusos, coletivos, sociais, individuais indisponíveis etc.). (2009, p. 240).

O autor sugere, ainda, com base na Resolução nº 9/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE), uma alteração na carga horária de, atualmente, 3.700 horas/aula, incluindo 20%, no máximo, de carga horária total do curso e atividades complementares, para 4.337 horas/aula. (MACHADO, 2009, p. 241).

Todavia, a proposta não questiona o atual sistema jurídico dogmático de ensino nas universidades, eis que defende sua continuidade, com inclusão da interdisciplinaridade no Direito. Defende o autor, igualmente, um aumento de carga horária de atividades complementares, não especificando, porém, que tipo de prática o aluno deve ter, tampouco incentivando o ensinamento humanístico do direito.

Sobre o ensino na faculdade, Monteiro relata:

O aluno do curso de Direito recebe a matéria nessa linguagem inacessível, o chamado exercício da inutilidade (LIPMAN, 1990, p. 174) e tem ele mesmo que desenvolver sozinho a habilidade de tradução dos conteúdos em termos compreensíveis. Aquele que não for capaz de fazê-lo por ser, ele próprio, fruto de todo um processo educacional deficiente, restará em posição de exclusão. E, assim, perpetua-se o esquema cruel de *seleção natural* dos mais capazes para o mercado. (2004, p. 231, grifo da autora).

A verdade é que o professor que ministra a aula na universidade um dia foi aluno e recebeu de seus mestres a mesma formação que atualmente repassa, tornando a dogmática e seu discurso positivista uma repetição entre as gerações, o que explica a sua consolidação. Em vista disso, a solução do problema, embora encontrada na prática, passa pelo ensino dentro da sala de aula, e, por esse motivo, devem ser os professores mais bem qualificados ou instruídos.

A esse respeito, Chauí afirma:

Na verdade, o sistema de avaliação do corpo docente mediante a aplicação do critério de titulação e produção científica reitera o descaso com a docência. Esse critério é o mesmo utilizado pelas universidades privadas norte-americanas nas

quais a luta pelos cargos e pela efetivação é feita a partir de critérios quantitativos da produção publicada e pela origem do título de PhD. (1994, p. 35).

O sistema acima mencionado demonstra que até mesmo as regras instituídas para seleção do professor passam pelos critérios que se encontram no título, no papel, enquanto deveriam estar, também, na formação humana.

Importante ressaltar, ainda, que tal reformulação não deve contemplar apenas a carga horária do professor, ou o método de ensino empregado, mas sim a demonstração prática da necessidade de se fazer um direito voltado efetivamente para a sociedade.

Como ensina Warat:

Qualquer que seja o método escolhido, não há repercussão no conteúdo ministrado. Há alguma diferença em estudar o princípio da igualdade jurídica pelo método dedutivo ou indutivo? Pela aula expositiva, pelo estudo de casos ou estudo de problemas? Não. [...]. Em ambos os casos divergiram os métodos, mas o conteúdo da mensagem – a igualdade – continua tendo um único sentido, exatamente aquele que vem de encontro aos interesses prevaletentes em determinado momento histórico de uma dada sociedade. (1977, p. 15).

Desse modo, deve-se pensar num ensino do direito que busque a interação social, para que não se aprendam somente normas, doutrinas, jurisprudência, com base apenas na alternância dos métodos, mas que se entenda de contexto e realidade social. Mais do que isso, deve ser instituído nas universidades um rol de disciplinas práticas, orientadas pelos professores, e não somente a mera comprovação de horas complementares, as quais possuem caráter duvidoso, pois não há como saber se o aluno está realmente aprendendo.

Sobre as alternativas apresentadas, Luís Alberto Warat é um dos autores que mais critica a atual sistemática, eis que defende a desescolarização do direito sem, no entanto, suprimi-lo, baseando-se no pressuposto de que as pessoas devem aprender o que elas querem, e não o que os outros lhes impõem (2004, p. 428). Nesse sentido, ele relata:

Meu sonho, talvez o único sonho que ainda posso realizar, é de poder estabelecer relações de ajuda fora dos estabelecimentos Universitários, ajudar a muitas pessoas para que aprendam esta atitude, para que multipliquem a ajuda, se capacitem na desinstalação da ideologia escolarizante, reinstalem comunidades livres de pesquisa, procurem outras alternativas do que se pode entender por escola. [...]. Aprender Direito é aprender a alteridade em sua radicalidade. Espero que se multiplique em muitos a ideia de que se pode aprender Direito fora das Universidades, fora das escolas de Direito que terminam sendo o carro chefe da economia de muitas pequenas Universidades privadas. As pessoas podem aprender Direito em redes comunitárias. O direito é algo que deve ser aprendido por todos e não só pelos futuros operadores de direito, pelos futuros donos do poder. O direito pode ser aprendido na sociedade através de políticas de mediação cultural,

assistido por mediadores culturais do Direito. No Brasil já existem exemplos concretos destas práticas de aprendizagem social do Direito, fora da cultura dos certificados: os chamados balcões de Direito, e as escolas de justiça e cidadania que estão implementando-se ao longo de todo o território nacional: **uma fórmula bem brasileira de praticar a mediação comunitária**. (2004, p. 433, grifo do autor).

A ideia do autor, apesar de extremamente criticada pelos positivistas dogmáticos, difundiu-se com sucesso, pois houve a implantação de casas comunitárias em São Paulo, Goiás e Buenos Aires. Nas denominadas “*Casas Warat*”, busca-se ensinar direito e arte para a comunidade, a fim de promover um intercâmbio entre justiça, sensibilidade e seres humanos.

Quanto ao ensino, Warat entende que:

O importante é sair da metodologia do ensino como disciplina que produz embalagens educacionais. Temos que gerar uma antimetodologia do ensino, que mostre o preço de se vender os pacotes e as embalagens educacionais de forma “seriada” em toda a sociedade. O importante é acabar com as embalagens e seus rótulos. (2004, p. 435, grifo do autor).

O autor difunde, assim, o entendimento de que a aprendizagem do direito deve se dar de modo prático, instituindo relações de ajuda dentro e fora dos estabelecimentos universitários. E é o que de fato pode ser institucionalizado pelas universidades, tendo em vista que os estudantes podem estabelecer essas relações, deslocando-se até as comunidades e captando as problemáticas existentes.

Nesse sentido, menciona Veronese:

O ponto central é que estão em curso profundas alterações na cultura jurídica brasileira. São estas mudanças culturais que determinam a possibilidade de funcionamento dos novos processos sociais relativamente ao sistema de justiça. Com esta conclusão teórica será possível compreender que as respostas dos tribunais, no sentido de absorver discursos que originalmente não são os seus, são uma forma de resistência cultural às inevitáveis mudanças no campo jurídico. (2007, p. 18).

A pesquisa neste trabalho realizada culmina na ideia da proliferação desses movimentos de modo institucionalizado, a fim de que a ciência jurídica implante na universidade essa forma de ensino, uma vez que é dotada de sensibilidade e interação social, sem abandonar a cientificidade necessária ao direito. Importante ressaltar que já existem modelos capazes de auxiliar nessa implantação nas universidades, os quais obtiveram sucesso e se estenderam pelo Brasil. De acordo com Veronese, atualmente,

existem sessenta e sete projetos de acesso à justiça, listados no mapeamento de experiências de resolução alternativa de conflitos, realizado pelo Ministério da Justiça em 2006, alguns, inclusive, mantidos e gerenciados por Tribunais Estaduais de Justiça, com núcleos de mediação (2007, p. 13). Embora essa última seja uma alternativa relevante para a excessiva formalidade do direito, não convém aqui discutir os modos de solução de conflitos, e sim o entendimento do direito, a fim de evitá-los.

É o caso, por exemplo, do Projeto Cidadão do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, que possui como objetivo

(...) garantir a emissão gratuita de documentação à população de baixa renda, de forma rápida e desburocratizada. O Projeto Cidadão começou em 1995, quando o IBGE mostrou estatísticas que mostravam que 68% da população acreana não possuía nenhum tipo de registro legal. (VERONESE, 2007, p. 22).

Tal projeto é referência de captação e solução dos problemas sociais. Salienta-se que se tratam de tarefas que podem ser realizadas pelos alunos dentro da universidade, a fim de garantir-lhes um aprendizado humanista, transformando-os em modificadores sociais e garantidores dos direitos constitucionais.

Segundo Veronese, as áreas de atuação do projeto são as mais diversas, englobando desde meio ambiente, educação, segurança, assistência social, trabalho, saúde, previdência até direitos (2007, p. 24-25). Esses campos demonstram que a interdisciplinaridade do direito pode ser realizada, de maneira prática, levando a que a questão social, vendada pelos olhos do positivismo, chegue, efetivamente, aos olhos e às mãos do operador da justiça.

Outro caso importante de aqui se demonstrar é o da Organização Não Governamental (ONG) Themis, a qual capacita mulheres com noções básicas de direito em bairros populares, com vistas a conscientizá-las sobre a defesa dos direitos humanos. As referidas organizações, além da ONG Paulo Freire, que realiza ensino a distância, bem como as diversas existentes que não foram citadas na pesquisa, exemplificam, de modo efetivo, como pode se instituir um ensino do direito voltado às problemáticas da sociedade. Esses grupos – alguns, inclusive, privilegiados com o apoio do Poder Judiciário – demonstram que a responsabilidade pela mudança social pode estar nas mãos daqueles que ensinam direito nas salas de aula e nas comunidades, fazendo com que o aluno, após a aprendizagem das

técnicas jurídicas, as aplique estreitando cada vez mais as relações entre “o dono do poder” e o povo, do qual emanará o seu poder.

Com efeito, é hora de repensar o direito, a fim de acompanhar as transformações culturais que vêm ocorrendo decorrerão longo dos anos, sem lhes fechar os olhos. Definitivamente, as vendas da justiça precisam ser retiradas, mas a espada deve ser mantida, com vistas a garantir o poder coercitivo do Estado. Todavia, não se deve ignorar que o povo necessita, também, de um olhar humanista garantidor de direitos. Por fim, é necessário modificar as esferas do direito aplicado, para que se compreenda que não será de olhos fechados que se garantirá a igualdade, senão olhando, com sensibilidade, para as diferenças.

CONCLUSÃO

Após uma avaliação das questões dogmáticas e positivistas do direito, bem como da forma como são repassadas, chega-se a um diagnóstico. Efetivamente, demonstrou-se que, embora exista repartição dos poderes na Constituição Federal, por diversas vezes, o magistrado, por meio de sua criatividade, institui normas aplicáveis às partes.

Todavia, em determinadas situações, essas normas, assim como as normas formuladas pelos efetivos legisladores, não são consideradas, pois carecem de entendimento pela população, por razões culturais. É preciso, portanto, considerar as questões que permanecem a marcar o Brasil e estão distantes de ser modificadas, como é o caso da educação, que ainda deixa a desejar em algumas regiões do país.

Além disso, a parcela que consegue ter acesso ao ensino superior no direito se depara com as mesmas dúvidas que os leigos, na medida em que não são raras as vezes em que os professores dificultam o entendimento, por meio de uma linguagem e de um aparato teórico praticamente incompreensíveis. Por consequência, formam-se estudantes que “dominam” legislação, doutrina e hermenêutica, mas carecem de formação humana e, por isso, quando inseridos no mercado de trabalho, desconsideram a importância das diferenças, buscando, por comodidade, eliminá-las (como foi o caso do juiz que suspendeu a audiência em razão de a parte calçar chinelos).

Necessita-se, pois, instituir na universidade essas relações de ajuda, onde o jurista aprenda sobre o povo e o povo aprenda sobre o direito, podendo, dessa forma, interessar-se mais pela legislação e buscar as garantias que lhe são devidas. Diante disso, a fim de se estabelecer um tratamento igualitário na sociedade é que se deve pensar acerca das diferenças que ainda existem no Brasil, ao invés de, simplesmente, anulá-las.

Essa implantação, com certeza, implicará uma modificação quanto ao modo de fazer, sentir e aplicar o direito, na medida em que se formarão indivíduos solidários, capazes de privilegiar a sociedade com um conhecimento jurídico engajado não somente com o direito, mas também com a justiça.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. Decreto-Lei nº 4.657. **Lei de Introdução ao Código Civil de 1942 de 04 de setembro de 1942.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. Portal da Justiça Federal. 4ª Região. **Ação Ordinária (Procedimento Comum Ordinário) nº 2009.70.05.002473-0/PR.** Cascavel, PR, 15 de out. de 2010. Disponível em: <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfpr&documento=4561557&DocComposto=&Sequencia=&hash=eb21be2330c65c4114c7d12927e93767>. Acesso em: 14 jun. 2011.

_____. **Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004.** Institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em direito e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 1994.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

FERRAZ, Eduardo Luís Leite. Ars Boni et Aequi, hoje: o Direito e a Causa dos Pobres. **Revista de Direito do CESUSC**, Florianópolis: CESUSC, v. 2, n. 2, p. 77, 2007.

GOIÁS. Ministério Público. **Processo nº 0737/05.** Conceição do Coité, GO, 21 de set. de 2005. Disponível em:

<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/4/docs/tjba_jec_vicio_aparelho_celular.pdf>.
Acesso em: 10 maio 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Educação e Trabalho**. 2009.
Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

MACHADO, Antonio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MONTEIRO, Claudia Servilha. **Temas de Filosofia do Direito**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

NEIVA, Gerivaldo. Blog. **Entrevista sobre a sentença**, 2007. Disponível em: <http://www.gerivaldoneiva.com/2007/08/juiz-gerivaldo-alves-neiva-jornal.html>>. Acesso em: 30 maio 2011.

PARANÁ. Tribunal Regional do Trabalho. 9ª Região. Ata de Audiência. **Processo nº 01569-2011-095-09-00-1**. Foz do Iguaçu, PR, 27 de jul. de 2011. Disponível em: <http://www.trt9.jus.br/internet_base/publicacaoman.do?evento=Editar&chPlc=4441064&procR=AAB9IFABoAACVxLAAF&ctl=1569>. Acesso em: 12 jul. 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. Publicações. **Vocabulário Jurídico**. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/site/publicacoes/vocabulario_juridico/>. Acesso em: 23 ago. 2011.

STRECK, Lênio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

THEMIS ASSESSORIA JURÍDICA E ESTUDOS DE GÊNEROS. Disponível em: <<http://www.themis.org.br/#prog0>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

VERONESE, Alexandre. **Projetos judiciais de acesso à justiça: entre assistência social e serviços legais**. 2007. Disponível em: <http://www.direitogv.com.br/subportais/publica%C3%A7%C3%B5e/RDGV_05_pp013-034.pdf>. Acesso em: 19 out. 2011.

WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino do Direito: o sonho acabou**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.